

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fernanda Nascimento Severo¹
Francisco Arlysson da Silva Veríssimo²
Deborah Ximenes Torres Holanda³
Patrícia de Lemos Negreiros Tavares⁴

INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil encontra-se frente a grandes desafios impostos pelas demandas da sociedade contemporânea. Esses desafios influenciam o projeto educacional das instituições de ensino superior (IES), especialmente no que diz respeito à melhoria da qualidade acadêmica oferecida por essas Instituições (SCREMIM; DALLACORT, 2014)

A melhoria de qualidade das IES, como campo de pesquisa presente e significativo nos últimos anos, implica diretamente na Avaliação destas instituições. A ação-reflexão de avaliar, sem dúvidas, é tarefa das mais difíceis. Mesmo levando-se em conta o sentido mais usual de avaliação em uma Instituição Universitária – a avaliação da aprendizagem – é certo que haverá pontos discordantes quanto ao melhor meio de realizá-la e quanto à aferição de resultados. Tais características se aplicam ao processo de autoavaliação institucional que requer um olhar interno para a avaliação; avaliar as próprias estruturas, atividades e uma gama de processos (DIAS SOBRINHO, 2008).

O avaliar uma instituição, é fundamental que se mantenha uma postura que vislumbra ao mesmo tempo, presente, passado e futuro. A autoavaliação de uma instituição de ensino superior que abrange cursos de graduação e programas de pós-graduação, não se reduz à simples atribuição e notas ou conceito aos diferentes cursos, infraestrutura e atividades de extensão, e muito menos à definição de um diagnóstico revelado por um número (LEHFELD et al, 2010).

Além disso, os processos de ação e reflexão na universidade não se limitam à sua área física, mas vinculam-se e refletem o entorno social, a comunidade. Portanto, avaliar uma instituição universitária significa lidar não só com variáveis quantificáveis, mas também com situações polissêmicas, incertas e dinâmicas (LEHFELD et al, 2010).

A avaliação, dentre seus vários objetivos, pode se configurar como um instrumento de apoio à gestão. Com o questionamento do que se espera de um gestor, propõe-se como primeiro passo à realização de um trabalho de qualidade condizente com os aspectos legais a própria autoavaliação dos sujeitos envolvidos, a fim de identificar fortalezas, fraquezas, oportunidades

¹ Mestranda do Curso de Ensino na Saúde da Universidade Estadual do Ceará - UECE, fernandansevero@gmail.com;

² Mestrando do Curso de Ensino na Saúde da Universidade Estadual do Ceará - UECE, arlysson.ver@hotmail.com;

³ Mestre do Curso de Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal do Ceará - UFC, dedeximenes@hotmail.com;

⁴ Professor orientador: Mestre, Universidade Estadual do Ceará - UECE, patriciaqxb@gmail.com.

e ameaças que possibilitem alcançar o crescimento profissional, natural do ser humano em evolução (PAIVA, 2011).

O presente trabalho objetiva relatar a experiência de autoavaliação institucional, desenvolvida em uma Instituição de Ensino Superior, como ferramenta importante para a gestão dos processos educacionais, através de uma abordagem quali-quantitativa. O processo de autoavaliação iniciou-se com a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade e com a consequente elaboração do Planejamento Estratégico que nortearia a atuação desta CPA.

O Planejamento Estratégico foi desenvolvido em três fases complementares. As fases introdutória, operativa e conclusiva. Ao término do Planejamento, gerou-se um relatório com as avaliações de toda a comunidade acadêmica, incluindo os segmentos, docente, discente, técnico administrativo e sociedade civil e ambos foram avaliados através do ciclo PDCA, que significa *Plan, Do, Chek, Action* (Planejar, Fazer, Verificar e Agir).

Com isto, obteve-se uma maior participação da comunidade acadêmica a cada ciclo avaliativo, chegando em alguns segmentos, a quase 100% de adesão.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este relato de experiência foi desenvolvido sob os princípios de uma abordagem de pesquisa quali-quantitativa, pois possibilita o tratamento das informações de modo mais completo e abrangente à temática pesquisada. Compreende-se, nesse processo, que a utilização não só de procedimentos estatísticos para o tratamento dos dados coletados, como também a interpretação e análise dos fatores qualitativos resultam numa melhor interpretação do processo de autoavaliação institucional.

A abordagem quali-quantitativa implica na integração entre métodos das diferentes abordagens, considerando-os desde a etapa do desenho da investigação à construção do objeto, de modo que, articulam-se teorias, estratégias, técnicas, instrumentos de ambas abordagens e estabelece ligações entre descobertas obtidas por fontes diversificadas (LANDIM, 2006)

A Instituição Universitária, campo da pesquisa é particular, e situa-se na região central do sertão cearense, sendo referência para os dez municípios que representam a 8ª microrregião de saúde: Quixadá, Quixeramobim, Ibaretama, Ibicuitinga, Choró, Banabuiu, Pedra Branca, Senador Pompeu, Solonópole e Milhã.

Constituiu-se como IES, no segundo semestre de 2016 com o Curso de Pedagogia. No ano de 2017 foi autorizada a ministrar cursos da saúde, quais sejam: Farmácia, Fisioterapia e Enfermagem e no ano de 2018, passou a ofertar além dos já mencionados, também, os cursos de Psicologia e Teologia.

DESENVOLVIMENTO

Após a constituição da Comissão Própria de Avaliação em 2016, várias reuniões aconteceram com o intuito de planejar o processo de autoavaliação daquela instituição. A Comissão decidiu a partir destas discussões elaborar um planejamento estratégico para nortear seus processos e suas conduções na IES.

O Planejamento Estratégico é visto como um processo contínuo, sistemático, organizado, administrativo e gerencial para desenvolver e manter uma adequação razoável entre

os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado. (KOTLER; 1992)

Associando o planejamento estratégico ao processo de Autoavaliação, a gestão tem como desafio integrar todos os segmentos da comunidade que estejam comprometidos com a IES, considerando as características institucionais. Assim, planejar de forma estratégica, nesse mundo moderno e competitivo é uma exigência às instituições de ensino (BASTOS; SILVA, 2017).

O Planejamento Estratégico definido pela CPA desta Faculdade, desenvolveu-se em três fases. A primeira fase, denominada de Introdutória, se consolidou com a composição da Comissão Própria de Avaliação – CPA. A CPA esteve inicialmente composta por dez membros, entre titulares e suplentes, abrangendo os segmentos docente, discente, técnico administrativo e sociedade civil organizada. Esta Comissão iniciou seus trabalhos, revisando os documentos propostos em outrora para aprovação do Ministério da Educação – MEC, a citar: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) manual, regimento e plano de trabalho.

Após análises, foram realizadas algumas adequações e em seguida refeito o Plano de Trabalho de modo a adequar-se às reais necessidades e propostas da CPA e comunidade acadêmica. Em seguida, a documentação foi apresentada em forma de seminários à comunidade acadêmica, de modo que, todos se apropriassem desses documentos e compreendessem que a autoavaliação institucional, que viria a ser realizada, partia de um sentido e tinha uma razão de ser.

Após maior apropriação da documentação que nortearia a atuação desta CPA, iniciou-se a segunda etapa do Planejamento Estratégico, intitulada de fase operativa. Constituiu-se na participação da CPA nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dos líderes de sala e realização das autoavaliações através de formulários eletrônicos.

A participação da CPA nas reuniões de colegiado e líderes de sala foi crucial para que a análise da Faculdade de modo circunstancial e em outras óticas (que não a da Comissão) fosse desenhada.

Conheceu-se mais de perto quais as primeiras concepções que os representantes do colegiado tinham acerca das autoavaliações e foi oportuno para que os componentes da CPA se integrassem na construção de um conceito de autoavaliação. Paralelo a estas reuniões, a Comissão Própria de Avaliação tratou de reelaborar, consoante às reuniões em grupo que aconteciam desde a primeira fase, os instrumentos avaliativos voltados aos docentes, discentes e técnicos administrativos.

Os instrumentos solicitam aos participantes que avaliem, para além da infraestrutura, as relações interpessoais estabelecidas na Faculdade, envolvendo todas as instâncias em que direção, coordenações, docentes, discentes, técnicos administrativos e CPA mantêm relação. Caso o participante não se sinta contemplado com as questões objetivas, há ainda, um espaço subjetivo ou qualitativo, no qual o entrevistado tem a oportunidade de relatar exatamente o que sente, seja em forma de críticas, sugestões e/ou elogios.

Os instrumentos avaliativos estiveram disponíveis na plataforma do google drive, escolhida pela praticidade no manuseio da construção e análise dos dados. Os segmentos docentes, discentes e técnicos administrativos foram convidados a realizar os processos avaliativos no laboratório de Informática da Faculdade, de maneira rápida, objetiva e responsável.

Na terceira e última fase, intitulada de fase conclusiva, os dados advindos da autoavaliação foram analisados, elaborados e divulgados em forma de relatório. O relatório anual, faz parte da etapa de consolidação proposta pelo SINAES.

Ainda que se desenvolva em processo, a avaliação institucional apresenta análises e resultados durante todas as suas etapas, e atinge momentos de consolidação de resultados de caráter mais geral e abrangente. Deve possibilitar a elaboração de propostas de políticas institucionais e, ainda, de redefinição da atuação ou da missão institucional. Nesse sentido, os relatórios do processo de avaliação serão textos compostos pelos resultados das discussões, da análise dos dados e da interpretação das informações.

Os destinatários desses relatórios são os membros da comunidade acadêmica, o CONAES, o MEC e a sociedade. Portanto, considerando a diversidade dos leitores, estes documentos devem ter clareza na comunicação das informações e possuir caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos (SINAES, 2004)

Objetivando aproximar-se de um planejamento e avaliação com resultados pautados na qualidade, Nogueira (2007) cita “a importância de seguir um processo, ou seja, um conjunto de meios para se chegar a um fim”. Para trabalhar o processo de autoavaliação descrito na terceira fase do planejamento estratégico, foi utilizada uma sequência de ações (passos) que norteiam as atividades a serem desenvolvidas.

Utilizou-se o ciclo PDCA, composto de quatro fases, que de acordo com Campos (2012), segue as seguintes descrições:

“(..) o termo P do ciclo, significa Planejamento e consiste em estabelecer metas sobre os itens de controle e a maneira para se atingir as metas propostas. O processo de planejamento é estruturado através da identificação do problema. O termo D do ciclo significa execução e consiste em executar as tarefas exatamente como prescritas no plano e coletar dados para verificação do processo. O termo C do ciclo, significa verificação, na qual a partir dos dados coletados na execução comparem-se os resultados alcançados com a meta planejada. A letra A do ciclo, significa atuação corretiva, esta é a etapa onde se detectou o desvio e atuará no sentido de fazer correções definitivas, de tal modo que o problema nunca volte a ocorrer.

Baseada nestes preceitos, a autoavaliação institucional realizada na Faculdade campo da experiência, acontece de modo formal, semestralmente, desde o seu início em 2016. De lá para cá, foram realizados seis processos de autoavaliações internas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os ciclos avaliativos, vários relatórios foram gerados com o intuito de consolidação dos dados, apresentação dos mesmos à comunidade acadêmica e principalmente meio para subsidiar a construção e implementação de um plano de ação, em conjunto com a direção institucional, mediante processo de autoavaliação institucional.

Desde 2016, os processos vêm acontecendo e a consequente elaboração de relatórios. Nestes, percebe-se que a maioria das oportunidades de melhorias identificadas, relacionam-se à estrutura física e às metodologias utilizadas em sala de aula. Discentes pedem aulas mais dinâmicas e participativas.

Como mudanças evidenciadas após plano de melhorias, evidenciam-se algumas adequações contínuas na estrutura física, como construção de novas salas, ventilação maior dos espaços e reforma de alguns ambientes.

Foi realizado formação em metodologias ativas com os docentes para que estes pudessem ter maiores subsídios para dinamizar suas aulas, sem perder o foco do repasse do conteúdo que é extremamente importante para a formação intelectual, humana e emancipatória dos discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que a Instituição de Ensino Superior, local da pesquisa, está comprometida com a excelência acadêmica, desenvolve o seu processo de avaliação institucional de acordo com os princípios, as finalidades e os objetivos estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Desse modo, a autoavaliação é compreendida pela IES avaliada e pela sua Comissão Própria de Avaliação, como um processo pedagógico, contínuo, permanente, legítimo e intrínseco ao fazer universitário, tendo em vista a promoção de uma constante melhoria nos aspectos científicos, acadêmicos, tecnológicos e administrativos. É um processo que favorece o autoconhecimento da Instituição e possibilita a reflexão sobre os aspectos relacionados às políticas e aos processos institucionais. Conclui-se portanto, que as autoavaliações institucionais permitem que a comunidade acadêmica torne-se mais próxima da gestão, participando e influenciando nos processos decisórios.

Palavras-chave: Avaliação; Comissão Própria de Avaliação, Ensino Superior, Planejamento Estratégico, Instrumentos Avaliativos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. **A Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez: 2000.
- BRASIL. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Educação superior: Processo de avaliação. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/relatorios>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- CONAES. Diretrizes para autoavaliação das instituições de ensino superior. 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Roteiro+de+auto+avalia%C3%A7%C3%A3o+institucional+orienta%C3%A7%C3%B5es+gerais+2004/55b435d4-c994-4af8-b73d-11acd4bd4bd0?version=1.2>. Acesso em: 12 jan. 2019
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008a.
- FÉLIX, Glades Tavares; FURTADO, Diana Barros. Autoavaliação institucional e (in)cultura de participação na Universidade. **Holos**. Ano 32. V.1.
- GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- GALDINO, Mary Neuza Dias. A Autoavaliação Institucional no Ensino Superior como Instrumento de Gestão. In: XXV SIMPÓSIO BRASILEIRO E II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2011. Fundação CESGRANRIO/Universidade do Grande Rio. **Anais**. Jubileu de Ouro da ANPAE. p.6-10.
- GUERRA, M. A. S. **Os desafios da participação: desenvolver a democracia na escola**. Portugal: Porto Editora, 2002.
- KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, Implementação e controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LANDIM, Fátima Luna Pinheiro, et al. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na Integração qualitativo-quantitativa. **RBPS**, v.14, n.1. p. 53-58. 2006.

LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa, et al. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. **Avaliação**, São Paulo. v.15, n.1, p. 177-194. 2010.

LEITE, D. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.